

Epistemologia da Ciência da Administração

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2020

Epistemologia da Ciência da Administração

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Luiza Batista

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E57	<p>Epistemologia da ciência da administração [recurso eletrônico] / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-152-7 DOI 10.22533/at.ed.527202906</p> <p>1. Administração. 2. Empreendedorismo. 3. Mercado. I. Silva, Clayton Robson Moreira da.</p> <p style="text-align: right;">CDD 658</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Epistemologia da Ciência da Administração”, publicada pela Atena Editora, reúne um conjunto de cinco capítulos que abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração. Compreende-se que discutir a administração de forma ampla e aprofundada, articulando teoria e prática, pode contribuir para o avanço dessa ciência. A seguir, apresento os estudos que compõem os capítulos deste volume.

O primeiro capítulo tem como título “A Teoria Clássica e sua Aplicação no Atual Mercado de Trabalho” e objetivou evidenciar os principais pontos da Teoria Clássica e se seus conceitos ainda se aplicam no atual mercado de trabalho. O segundo capítulo é intitulado “Segmentação e Posicionamento de Mercado: como os negócios de moda se beneficiam com estas estratégias” e propõe uma releitura do capítulo “Segmentação e Posicionamento de Mercado nos Negócios de Moda” do livro “Marketing & Moda”, do autor Marcos Cobra, com as informações e perspectivas atuais. O terceiro capítulo, intitulado “Estrutura de Governança do Arranjo Produtivo Local (APL) do Polo Moveleiro de Arapongas”, buscou descrever o arranjo produtivo local do Polo Moveleiro de Arapongas no Estado do Paraná, o qual resulta da parceria entre as indústrias, governo local e organizações do Terceiro Setor, bem como objetivou descrever sua estrutura de governança, visando conhecer os agentes e os seus relacionamentos.

O quarto capítulo tem como título “O Ensino da Modelagem na Visão de Graduados e Graduandos em Design de Moda” e apresenta a investigação do ponto de vista de alunos e ex-alunos, onde deixam seus pareceres e suas vivências acerca do ensino da modelagem nos cursos de Design de Moda. O quinto e último capítulo é intitulado “Não Conheço, Mas Já Ouvei Falar: conhecimento de estudantes de uma universidade pública sobre responsabilidade social” e objetivou identificar o nível de conhecimento de estudantes sobre responsabilidade social, por meio de uma pesquisa realizada com alunos do curso de ciências contábeis de uma universidade pública no Estado do Ceará.

Assim, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre a ciência da administração, por meio de um arcabouço teórico especializado. Além disso, ressalta-se que este livro agrega à área da administração à medida em que reúne um material rico e diversificado, possibilitando a ampliação do debate acadêmico e conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores de demais profissionais à reflexão sobre os diversos temas que se desenvolvem no âmbito da ciência da administração.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A TEORIA CLÁSSICA E SUA APLICAÇÃO NO ATUAL MERCADO DE TRABALHO	
Beatriz Magalhães Camargo	
Daiany Nunes Silva	
Geane Muricy Sousa	
Ivanna Rosa Pereira Guimarães	
Jéssica Kerolaine Pereira Machado	
Mirian Sousa Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.5272029061	
CAPÍTULO 2	11
SEGMENTAÇÃO E POSICIONAMENTO DE MERCADO: COMO OS NEGÓCIOS DE MODA SE BENEFICIAM COM ESTAS ESTRATÉGIAS	
Marília Luiza Olenski March	
Marcos José Alves de Lima	
Thiago Garcia Martins	
DOI 10.22533/at.ed.5272029062	
CAPÍTULO 3	21
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) DO POLO MOVELEIRO DE ARAPONGAS	
Rosana Cláudia Smék Batista	
Eliane Alves da Silva	
Paulo César Ribeiro Martins	
Rosália Maria Passos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5272029063	
CAPÍTULO 4	36
O ENSINO DA MODELAGEM NA VISÃO DE GRADUADOS E GRADUANDOS EM DESIGN DE MODA.	
Nadir da Rocha Gomes	
Marcos José Alves de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.5272029064	
CAPÍTULO 5	48
“NÃO CONHEÇO, MAS JÁ OUVI FALAR”: CONHECIMENTO DE ESTUDANTES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL	
Lívia Soares Lima da Cunha	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
Joelma Leite Castelo	
DOI 10.22533/at.ed.5272029065	
SOBRE O ORGANIZADOR	61
ÍNDICE REMISSIVO	62

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) DO POLO MOVELEIRO DE ARAPONGAS

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 25/05/2020

Rosana Cláudia Smék Batista

Universidade Federal de Rondônia

Porto Velho - RO

<http://lattes.cnpq.br/6018113001340639>

Eliane Alves da Silva

Universidade Federal de Rondônia

Porto Velho - RO

<http://lattes.cnpq.br/1834027792929773>

Paulo César Ribeiro Martins

Doutor em Psicologia como Ciência e Profissão
pela PUC de Campinas

<http://lattes.cnpq.br/3375763917381595>

Rosália Maria Passos da Silva

Universidade Federal de Rondônia

Porto Velho - RO

<http://lattes.cnpq.br/6805976807837455>

RESUMO: No contexto dos APLs, é importante conhecer a sua dinâmica, descrevendo as relações e articulações entre os agentes, de maneira que se possa caracterizar os mecanismos de coordenação e controle específicos da realidade em que se estão inseridos. Deste ponto de partida, buscou-se descrever o arranjo produtivo local do

Polo Moveleiro de Arapongas no Estado do Paraná, o qual resulta da parceria entre as indústrias, governo local e organizações do Terceiro Setor. O objetivo geral da pesquisa consistiu em descrever sua estrutura de governança, visando conhecer os agentes e os seus relacionamentos. Realizou-se pesquisa qualitativa de caráter descritivo, com embasamento bibliográfico, estudo de caso e pesquisa de campo. O universo foi composto por representantes da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da usina de reciclagem de resíduos de madeira e do SENAI. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários, que permitiram mapear o arranjo, identificar os agentes envolvidos e caracterizar suas relações. Os resultados demonstraram que o arranjo se compõe por uma estrutura de governança híbrida, assim caracterizada pelos relacionamentos informais como as relações de confiança, considerando a cultura e os valores, convencionados em uma dinâmica com características próprias, voltadas à promoção do desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: Arranjo Produtivo Local. Estrutura de Governança. Sustentabilidade.

GOVERNANCE STRUCTURE OF THE LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENT (LPA) IN THE FURNITURE CENTER OF ARAPONGAS

ABSTRACT: Inside of the LPAs, it is important to know its dynamics, describing the relationships and joint among the agents, characterizing the mechanisms of coordination and its specific control over the reality in which it is inserted. Firstly, it was sought to describe the local productive arrangement of the Furniture Center of Arapongas in the State of Paraná, which results from the partnership between the industries, local government and organizations of the Third Sector. The main objective of the research consisted in describing its governance structure, aiming to know the agents and their relationships. It was used qualitative and descriptive research, based on bibliographic, case study and field research. The universe was composed of representatives of the Civil Society Organization of Public Interest (CSOPI), the recycling plant of wood residues and SENAI. Data were collected through semi-structured interviews and questionnaires, which allowed mapping the arrangement; identify the agents involved and characterize the relationships between them. The results showed that the arrangement is composed of a hybrid governance structure, from informal relationships such as relationships of trust, with its own characteristics, directed at promoting local development.

KEYWORDS: Local Productive Arrangement. Governance Structure. Sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

Cassiolato e Lastres (2003) propõem uma tipologia para os aglomerados onde se destacam os conceitos dos arranjos produtivos locais. Para os autores, estas são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, que possuem foco em um conjunto específico de atividades econômicas que criam vínculos consistentes resultando em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial para gerar o incremento da capacidade de criar condições que permitem a geração de inovações no interior delas mesmas. Girardet (1999) acredita que uma figura de liderança contribui para a sustentabilidade urbana, argumentando que a combinação das melhores práticas cultivadas por líderes civis, parcerias ativas com empresas locais e instituições públicas, são a melhor maneira de se atingir o desenvolvimento sustentável.

Diante desta linha de pensamento, Crocco *et al.* (2006) dizem que aglomerações organizacionais são provenientes do processo histórico periférico, aliado à ideia de que existe relação entre os indivíduos de vizinhanças próximas e mesma etnia (CHARLES; KLINE, 2006; GOULBOURNE, 2003; SOLOMOS, 2003). Essas concepções vão de encontro aos casos brasileiros, caracterizados por forte formação cultural (FISHER, 2004), e que, por isso, contam com uma estrutura social e cultural prévia. Muitos pesquisadores trabalharam sobre a análise dos modos de coordenação dentre ou entre as organizações e sobre a cooperação entre indivíduos. Essas coordenações, também denominadas

sistemas de governança ou arranjos institucionais, são muito importantes, pois definem as relações verticais e horizontais entre os diferentes participantes da cadeia (VILPOUX; OLIVEIRA, 2010).

A teoria da Economia dos Custos de Transação (ECT) pode ser considerada como um braço da Nova Economia Institucional (NEI) e se diferencia de outras teorias que estudam a economia das organizações ao apontar seu caráter micro analítico, ao incorporar os pressupostos comportamentais em sua análise, ao considerar como relevante os investimentos em ativos específicos e ao reconhecer a firma como uma estrutura de governança e não como uma mera função de produção. Para a ECT, entre o mercado e a integração vertical se localizam as formas híbridas, em que a cooperação é construída a partir do interesse mútuo dos agentes envolvidos nas trocas econômicas, constituindo-se relações de médio ou longo prazo que beneficiem ambas as partes (VILPOUX; OLIVEIRA, 2010; WILLIAMSON, 1985).

Sobre a indústria moveleira internacional, Maskell (1998) apresenta dois tipos de cenários: antes e depois do processo de globalização. No primeiro cenário os países desenvolvidos produziam internamente os móveis, concentrando em seus próprios países a cadeia produtiva e exportando, posteriormente, os produtos finalizados. Já no segundo, há uma separação entre os processos de planejamento e design do produto, concentrada nos países desenvolvidos, e da parte efetivamente de produção, concentrada em países subdesenvolvidos. O autor constata ainda que a governança global do setor de produção de móveis é marcada pelo varejo nos países desenvolvidos.

No que diz respeito a realidade no Brasil, os APLs do setor de móveis têm pouca inserção nas cadeias globais de produção. Isso é apresentado por Cunha (2006), em sua análise de cinco APLs do setor de móveis. A ênfase produtiva dos APLs seria o mercado interno, com pouca influência da governança externa sobre os arranjos. A exceção à essa constatação seria o APL de São Bento do Sul, em Santa Catarina. Esse arranjo tem, conforme Cunha (2006), ênfase produtiva para o mercado externo, contando com grande influência de redes atacadistas internacionais na governança das ações do APL. O autor destaca na questão das estruturas de governança, alguns pontos em comum nas aglomerações estudadas. Essas seriam: o aproveitamento de vantagens competitivas primárias ou estáticas; o uso de governança de mercado nas relações técnico-produtivas; predominância do individualismo e de comportamento pouco aberto à cooperação; e a não percepção de relações de parcerias entre grandes empresas do setor e seus fornecedores (CUNHA, 2006).

Assim, considerando esse contexto definiu-se a problemática da pesquisa como sendo a busca pela estrutura de governança presente no Arranjo Produtivo Local do Polo Moveleiro de Arapongas. Desta forma, o objetivo da pesquisa foi descrever a estrutura de governança do APL, visando conhecer seus agentes e seus relacionamentos. Portanto, a relevância deste trabalho reside na análise do conglomerado estudado esperando-se

proporcionar melhores possibilidades de análise dos Arranjos Produtivos Moveleiros, orientando os definidores de políticas de apoio, fornecendo-lhes informações relevantes que servirão como parâmetro para implantação de novos APLs ou melhorias aos existentes.

Por sua forma de abordagem, a pesquisa se classifica como qualitativa e quantitativa, uma vez realizada com o intuito de descrever o arranjo produtivo local do Polo moveleiro de Arapongas no Estado do Paraná. Considerando seus objetivos, a pesquisa é descritiva, uma vez que possibilita analisar fenômenos sobre os relacionamentos entre os agentes envolvidos no APL, de maneira que se possa descrever os fatores presentes, explicar as formas pelas quais os mesmos se articulam e coordenam suas ações visando o alcance de objetivos comuns (ANDER-EGG, 1978). Pelos procedimentos adotados, a pesquisa consiste em um estudo de caso; segundo Yin (2015), o estudo de caso é utilizado para estudos que visam descobrir a causa e forma de como ocorrem os fenômenos. A primeira fase deste trabalho foi voltada para pesquisas em fontes bibliográficas e documentos eletrônicos. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observação não participante do ambiente de trabalho nas empresas. As entrevistas seguiram um roteiro de perguntas estruturado sobre a problemática da pesquisa. Elas foram gravadas em meio digital e posteriormente transcritas, sendo previamente agendadas e realizadas em comum acordo com os entrevistados em seu local de trabalho.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da década de 1970, houve uma reestruturação capitalista, com a ascensão e queda de economias, atreladas a golpes militares e reformas políticas de Estados Nacionais, as quais alteraram o rumo das discussões acerca do desenvolvimento pelo mundo. Surgem, a partir daí muitos estudos no intuito de avaliar os resultados de políticas e planos de desenvolvimento estipulados pelos países capitalistas desde o período pós-guerra. Identificam-se práticas criadas por demandas específicas emanadas no contexto em que se necessitam. Assim, conota-se ao conceito de descentralização das políticas de desenvolvimento que eram incumbidas à responsabilidade do Estado, que passam, então, a ser estipuladas e aplicadas em nível local. Desta forma, ganham corpo as discussões de desenvolvimento local, dotando-o de um caráter mais humano no sentido de considerar o homem simultaneamente como sujeito e beneficiário; trata-se de um pressuposto em que as pessoas devem participar ativamente e não apenas serem beneficiárias do desenvolvimento (FRANCO, 1998; MARTINS, 2002; VITTE, 2006; LOVISON e BASSO JUNIOR, 2015).

A discussão sobre desenvolvimento local está relacionada a clusters e APLs, dos quais ambos se baseiam no conceito de redes. A abordagem das redes trabalha com temas relacionados aos limites físicos da organização; a interação da organização com seu ambiente; a coordenação das atividades econômicas dos atores para o alcance de

objetivos comuns; a cooperação intra e interfirmas; as alianças estratégicas e os contratos formais e informais; a interdependência das firmas e complementariedade de recursos e capacidades; objetivos compartilhados etc. (JARILLO, 1988; MILES; SNOW, 1992; HATCH, 1997). Na literatura brasileira o APL é definido como sendo aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que mantêm entre si vínculos (CASSIOLATO; LASTRES, 2003; 2005; SANTOS *et al.*, 2004).

Como consequência do estabelecimento das bases para a construção de uma política nacional de Arranjos Produtivos Locais, observou-se que a dimensão territorial se tornou referência para se pensar um projeto de desenvolvimento para o país. Tal perspectiva convergiu com a preocupação do Governo Federal acerca da problemática da desigualdade regional, a qual passou a constituir uma questão nacional. Neste contexto, o desenvolvimento local assumiu importância estratégica (CASSIOLATO *et al.* 2008). A experiência recente tem demonstrado a importância do desenho de políticas que levem em consideração as especificidades de cada território e de sua estrutura produtiva e que mobilize não somente empresas individuais ou segmentos específicos, mas sim o conjunto dos agentes produtivos, organizações de ensino e capacitação, ciência e tecnologia, financiamento, representação e formulação de políticas (BORIN *et al.* 2014).

Segundo Vilpoux e Oliveira (2010), a grande dificuldade na abordagem dos APLs é a avaliação dos sistemas de governança adotados com uma metodologia eficiente, que considere tanto os relacionamentos formais quanto os informais, bastante presentes nesse tipo de sistema. O termo “estrutura de governança” começa a ser tratado a partir da obra de Williamson (1985), sendo definido como mecanismos de coordenação e controle na Economia dos Custos de Transação (ECT), em que indivíduos ou grupos se organizam e constituem as firmas, visando à minimização de tais custos, com vistas a se precaver da manifestação de fatores que possam comprometer a integridade das transações. Devido às variáveis e atributos presentes, as transações podem assumir variadas formas, o que requer um arcabouço institucional para que os propósitos dessa negociação sejam cumpridos de forma eficiente para as partes envolvidas (ZYLBERSZTAJN, 2010; SACOMANO NETO e PAULILLO, 2012).

Considerando que o conceito de governança se refere às formas pelas quais indivíduos e instituições (públicas e privadas) coordenam e controlam seus problemas comuns, acomodando interesses conflitantes ou diferenciados e realizando ações cooperativas, pode-se dizer que governança diz respeito não somente a instituições e regimes formais de coordenação e autoridade, mas também a sistemas informais. Albagli e Brito (2003) ressaltam que, quando abordada nos APLs, a governança abrange os modos de coordenação, intervenção e participação nos processos de decisão, de maneira que compreende os diversos agentes envolvidos com a organização dos fluxos de produção, com o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos. Assim,

pode gerar condições que coordenam os relacionamentos entre os agentes, a partir de suas transações, fortalecendo o APL, o que por sua vez pode proporcionar resultados econômicos e também sociais no processo de desenvolvimento local (CARIO e NICOLAU, 2012; VILPOUX e OLIVEIRA, 2010).

Williamson (1985) preceitua que governança se constitui a partir dos laços de interação definidos entre diversos agentes, tendo sua forma estabelecida de acordo com a intensidade com que essas relações entre os agentes ocorrem, criando estruturas. Esses laços, segundo Vilpoux e Oliveira (2010), consistem em relações de confiança, que resultam em proximidade, parcerias e cooperação entre os agentes envolvidos. Conforme Williamson (1985) e Zylbersztajn (2010), a governança é como mecanismo de coordenação e controle, de forma que sua estrutura possa propiciar um ambiente favorável para as relações entre os agentes em uma dada atividade econômica.

Visões teóricas diferenciadas sobre as estruturas de governança nos arranjos produtivos locais são importantes, uma vez que favorecem sua aplicação a diversos contextos. Vilpoux e Oliveira (2010) sugerem para o entendimento das estruturas de governança em Sistemas e Arranjos Produtivos Locais abordagens mais amplas, destacando os aspectos informais, que são muito fortes nesses tipos de organizações. Para tal, discorrem sobre dimensões como instituições, capital social e convenções e, ainda, consideram a influência do território nas formas de governança. De acordo com os autores, os agentes de um Arranjo Produtivo Local são organizados em forma de rede, constituindo vínculos sistemáticos e de caráter cooperativo, o que representa uma forma diferenciada de coordenação no que concerne a atividades econômicas, exigindo formas diferenciadas de governança, considerando as especificidades das relações que ocorrem entre os atores inseridos no âmbito dessas organizações.

3 | METODOLOGIA

Por sua forma de abordagem, a pesquisa se classifica como qualitativa e quantitativa, uma vez que foi realizada com o intuito de descrever o arranjo produtivo local do Polo Moveleiro de Araçongas no Estado do Paraná, identificando seus agentes, relacionamentos, mecanismos e a estrutura de governança presente, bem como avaliar a percepção dos agentes entrevistados quanto à dinâmica do contexto em que estão inseridos (CRESWELL, 2006). Considerando seus objetivos, a pesquisa é descritiva, uma vez que possibilita analisar fenômenos sobre os relacionamentos entre os agentes envolvidos no APL, de maneira que se possa descrever os fatores presentes, explicar as formas como os mesmos se articulam e coordenam suas ações visando o alcance de objetivos comuns (ANDER-EGG, 1978). Pelos procedimentos adotados, a pesquisa consiste em um estudo de caso, uma vez que estudou as variáveis de um contexto em específico (YIN, 2015); da mesma forma, Cauchick Miguel (2010) afirma que um estudo

de caso propicia benefícios, como a possibilidade do desenvolvimento de novas teorias e o aumento da compreensão sobre eventos reais e contemporâneos.

A primeira fase deste trabalho foi voltada para a pesquisa em fontes bibliográficas e documentos eletrônicos; uma revisão bibliográfica para dar sustentação ao trabalho (CARVALHO, 2008). Seguidamente buscou-se fundamentação teórica para desenvolvimento das questões abertas e formulário utilizado. Em um terceiro momento, foram entrevistados representantes de organizações que atuam ativamente na manutenção do Arranjo Produtivo Local. Primeiramente, 9 colaboradores do Centro de Tecnologia em Ação de Desenvolvimento Sustentável (CETEC), OSCIP que serve de nó na rede social do APL, promovendo o desenvolvimento e modernização da sociedade por meio de treinamentos, projetos e serviços na indústria moveleira. No Centro de Tratamento de Resíduos Industriais, empresa que recebe refugos 103 empresas associadas, foram entrevistados 5 funcionários, sendo 2 do setor administrativo e 3 do setor de produção. Enquanto no Centro Nacional de Tecnologia da Madeira e do Mobiliário (CETMAM), que fornece apoio técnico no design de novos produtos, foram entrevistados 15 professores. As entrevistas seguiram um roteiro de perguntas semiestruturadas sobre a problemática da pesquisa, sendo gravadas em meio digital e posteriormente transcritas.

Ao término das entrevistas foi distribuído um formulário com escalas de avaliação sobre a percepção quanto à dinâmica do APL. As questões apresentadas para a coleta de dados foram construídas com base nas seguintes variáveis: relacionamentos e infraestrutura; governança, produção, mercado e empregos; inovação, cooperação e aprendizado; governança e vantagens associadas ao ambiente local; políticas públicas e fontes de financiamento. Trabalhou-se a parte quantitativa, por meio da Escala de Likert, que tem por objetivo mensurar percepções através de valores atribuídos em uma escala. Para esta pesquisa, elaborou-se um questionário a partir das variáveis apresentadas, dividido em sete agrupamentos que totalizaram 46 quesitos que foram avaliados de acordo com a percepção dos entrevistados, por meio de uma escala de 1 a 5, em que o significado atribuído variou de ruim à excelente.

Para avaliação das percepções dos entrevistados segundo a indicação na escala, utilizou-se o método de Ranking Médio (RM) através da multiplicação do peso de cada escala pela frequência com que foi indicada (MALHORTA, 2011). Primeiramente multiplicou-se as frequências pelos pesos atribuídos em cada escala, extraíndo a média ponderada. Em seguida, dividiu-se a média ponderada pelo número total de frequências, obtendo-se o RM. Esta metodologia encontra respaldo nos trabalhos já realizados, como o de Samartini (2012), Gallon *et al.* (2009), Assunção (2014) e Justen *et al.* (2015). Os dados foram analisados de maneira que foi possível estabelecer uma matriz para descrever a estrutura de governança do arranjo, bem como todos os fatores presentes. Para a construção da matriz, tomou-se por base o disposto por Vilpoux e Oliveira (2010).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas (SIMA), o Polo moveleiro do interior do Paraná é formado por novecentos e setenta e nove indústrias, sendo cento e setenta e dois em uma cidade e as demais distribuídas em treze municípios. Essas empresas são responsáveis por aproximadamente dezenove mil e novecentos e setenta empregos diretos e três mil e cinquenta e cinco indiretos. A região fabrica 10% dos móveis produzidos no Brasil, é a segunda do país em produção e vendas, sendo responsável por 9,97% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Esse setor reúne 67,43% da produção cidade de Arapongas. Cerca de 90% da produção do parque industrial é comercializada no país, os outros 10% são exportados. As exportações, por sua vez, subdividem-se: 33% para os Estados Unidos, 9% para França, 9% para o Reino Unido, 8% para Argentina, 4% para Espanha e 37% para outros países.

Além do aumento das exportações, o Arranjo Produtivo Local objetiva envolver todos os segmentos da cadeia produtiva, fortalecendo o setor e otimizando resultados, gerando mais empregos, qualidade de vida e produção. Outras metas perseguidas são os investimentos em profissionalização de mão de obra e design. Existem programas de qualificação que garantem às indústrias da região alta qualidade tanto em sua produção quanto em suas estratégias administrativas. O Centro Nacional de Tecnologia da Madeira e do Mobiliário (CETMAM), que é mantido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Paraná (SENAI-PR), presta serviços de assessoria técnica e tecnológica disponibilizando laboratórios de pesquisa em produtos do mobiliário, cursos e treinamentos, sendo conhecido como “Universidade da Móvelia”. Embora não se trate de um curso superior, conta com instrutores focados no setor moveleiro que recebem capacitação tanto no Brasil quanto no exterior. Quanto à capacitação fora do país, há um acordo de cooperação técnica entre o SENAI-PR e o Ministério da Economia de Baden-Württemberg, na Alemanha (SILVA e MARTINS, 2017).

Neste contexto, o Centro de Tecnologia em Ação de Desenvolvimento Sustentável (CETEC), o qual pode-se dizer que é uma OSCIP, criada em dezembro de 2000, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável executando programas e serviços na área ambiental, envolve toda a cadeia produtiva do Polo Moveleiro de Arapongas. Surgiu da parceria entre o SIMA e as empresas da região, as quais precisavam destinar corretamente seus resíduos para não serem autuadas por órgãos de fiscalização ambiental. Foram feitas doações para a fundação do CETEC, o qual criou a parte operacional de destinação dos resíduos terceirizada pela usina de reciclagem (SIMA, 2016).

A missão do CETEC/OSCIP é apoiar e executar programas, projetos e serviços nas áreas: ambiental, social e cultural. Visa promover o desenvolvimento sustentável oferecendo prestação de assistência técnica, assessorias, consultorias, certificação de florestas e de produtos da cadeia de custódia, organização de eventos e empreendimentos

fundamentais para o desenvolvimento e modernização da sociedade. A OSCIP busca transformar resíduos decorrentes do processo produtivo em materiais recicláveis para encontrar melhores opções ambientais, sociais e econômicas para a autossustentabilidade do setor moveleiro. Sua principal preocupação é encontrar alternativas que agreguem valores aos produtos produzidos, além de preservar o meio ambiente. A OSCIP visa ao desenvolvimento contínuo e eficiente por meio de seminários, treinamentos, educação ambiental e ações realizadas no interior das indústrias participantes do programa. Como resultado dessa abordagem de reutilização interna de resíduos industriais ocorre um ganho na produção industrial e uma economia real no processo produtivo. A recuperação e segregação dos resíduos possibilitam novos produtos, diminuindo o descarte em aterros industriais, evitando a contaminação do solo, sendo a meta da organização reprocessar 100% dos resíduos gerados (SIMA, 2016).

Em 2001, foi inaugurada a Central de Tratamento de Resíduos Industriais, que se constitui em uma usina de reciclagem de resíduos do Polo Moveleiro de Arapongas, terceirizada pelo CETEC/OSCIP. Há um contrato entre as duas organizações, em razão do qual a OSCIP encaminha as sobras do processo produtivo para serem beneficiadas e comercializadas. Segundo entrevistado da empresa, a razão social do CETEC é Pontalti – Indústria e Comércio de Resíduos de Madeira Ltda., possuindo duas importantes marcas para produtos reciclados: Termovinil, referente às tintas e solventes, e Briquepar, relacionada à produção de briquetes fabricados a partir de pó de serra, restos e retalhos de madeira. A empresa possui duas unidades da Briquepar, uma em Arapongas e outra em Telêmaco Borba fundada em 2005, ambas no Estado do Paraná (SILVA e MARTINS, 2017).

Silva e Martins (2017), ao analisarem todo o contexto socioeconômico, as influências regionais e como estão organizadas as empresas e as organizações, concluíram que as indústrias moveleiras de Arapongas, a princípio, buscaram junto à prefeitura, ao SIMA e ao SEBRAE a formação de um APL para compartilhar responsabilidades, objetivando criar infraestrutura para exportações. Sendo, assim, uma rede de empreendimentos, formada por integrantes do setor privado, público e da sociedade civil, localizados numa mesma região, interligando-se e agregando diversas competências, tendo como foco principal o atendimento de necessidades relacionadas ao desenvolvimento sustentável. No caso de Arapongas, seria desenvolver parcerias que destinassem os resíduos das indústrias moveleiras de maneira correta.

Após a primeira fase do estudo realizou-se as entrevistas e as percepções dos entrevistados foram feitas por meio da análise do RM da Escala de Likert dos questionários aplicados, chegando-se ao seguinte quadro:

Variáveis	Ranking Médio (RM)
Relacionamentos	3,83
Governança e vantagens associadas ao ambiente local	3,04
Mecanismos de governança	3,14
Infraestrutura	4,16
Produção, mercado e empregos	3,66
Políticas públicas e fontes de financiamento	3,38
Inovação, cooperação e aprendizado	3,04

Quadro 1 - Variáveis para avaliação da governança no APL

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme apresentado na contextualização do Polo a dependência entre os atores é reconhecida. Mas a partir das análises das entrevistas e ponderação das variáveis se pode chegar a algumas conclusões. No que diz respeito às instituições formais a capacidade de interação do Arranjo é regular. Existem contratos para garantir a destinação correta dos resíduos, parcerias para desenvolvimento de produtos e políticas públicas desenvolvidas para atender algumas necessidades. Na questão da infraestrutura notou-se um nível satisfatório, mas isso caracteriza-se por iniciativas individuais, seja das indústrias, SIMA ou CETMAM, que em conjunto são percebidas pelos agentes do APL. O que mais se notou foram instituições informais fortes, representadas por colaboradores do CETEC/OSCIP, no caso composto por funcionários de algumas indústrias e integrantes do SIMA e CETMAM. Vale ressaltar que na variável relacionamentos o resultado embora seja classificado como regular, está bem próximo do patamar bom. Por meio de relatos foram notadas algumas divergências que são sanadas em convenções promovidas pelo CETEC/OSCIP.

A dependência entre as empresas de uma rede industrial é particularmente importante no desenvolvimento de produtos e de mercados. Pela análise das variáveis embora não alcancem o nível ideal, há um potencial de fortalecimento. Para Britto (2002), as razões dessa cooperação provêm da crescente complexidade do processo de pesquisa e desenvolvimento, e isso já foi iniciado por meio de iniciativas do CETMAM e do CETEC/OSCIP, porém, conforme analisado, requer maior agrupamento de competências e o aumento do intercâmbio de informações entre os agentes envolvidos. Notou-se instituições informais que facilitam a presença de um capital social comum, o qual facilita o estabelecimento de relações de confiança. Britto (2002) indica que a mistura de cooperação e competição entre as empresas dos polos industriais resulta em regras e normas de conduta que reduzem os custos de transação, porém isso ainda carece de mais trabalho a ser realizado no APL Moveleiro de Arapongas, embora já desenvolvam parcerias para exportação de produtos e no tratamento de seus refugos.

Vilpoux e Oliveira (2010) ressaltam que a existência de dependência não é suficiente, mas que, caso exista, esta deve ser clara e aceita pelos participantes da transação. Para os autores existência de instituições formais eficientes diminui o risco e permite formalizar

a cooperação entre empresas. No entanto, as dificuldades de fiscalização dos contratos (avaliação do desempenho), principalmente no caso de cooperação em pesquisa, e os problemas ligados ao respeito das leis, com o custo e a demora ligados a processos judiciais, inviabilizam soluções contratuais. Nesse caso, a circulação de fluxos intangíveis entre empresas de uma rede passa pela existência de capital social entre os empresários locais, ou de convenções respeitadas por todos.

A proximidade das empresas, com o compartilhamento de uma cultura regional comum entre os empresários e a frequência de lugares comuns, como clubes, associação, facilita o aparecimento de capital social comum a todos os atores e a criação de normas convencionais que auxiliam nas transações baseadas na confiança, caracterizando uma governança informal e híbrida.

Logo chega-se à conclusão que a estrutura de governança do APL é predominantemente informal e híbrida, possuindo como agente de integração o CETEC/OSCIP. Tal realidade não é muito diferente a de outros polos moveleiros. Resultados semelhantes são encontrados nos APLs de Bento Gonçalves (RS), São Bento do Sul (SC) e Oeste de Santa Catarina, conforme apresentado no estudo de Cunha (2006); APL de Ubá (MG), segundo Oliveira Jr. (2011); e APL de Votuporanga (SP) estudado por Suzigan et al. (2007). Todos os casos apresentam como elemento importante na criação de estratégias de sucesso nos respectivos arranjos as organizações e associações de apoio, bem como de ações público-privadas. Assim, pode-se constatar a importância de ações público-privadas na maior competitividade dos APLs estudados e em suas estratégias de sucesso, influenciando suas estruturas de governança e coordenação das atividades dos agentes presentes nos arranjos. Porém se faz necessário a identificação de agentes integradores visando os conduzir a uma maior eficiência coletiva.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, o objetivo da pesquisa de descrever a estrutura de governança do arranjo produtivo local do Polo Moveleiro de Arapongas no Estado do Paraná foi atingido, uma vez que os dados encontrados, quando analisados e comparados, possibilitaram evidenciar que o APL em questão possui uma estrutura de governança informal híbrida, possuindo como agente integrador o CETEC/OSCIP.

A pesquisa evidenciou que todos estes agentes desenvolvem relacionamentos de acordo com suas atividades e interesses, congregando parceiros e políticas que são coordenados por mecanismos formais e informais, atendendo assim ao segundo objetivo específico que consiste em caracterizar as relações e as formas de articulação entre os agentes. Identificou-se que o foco do APL é a produção de móveis e ampliação do mercado consumidor por meio da aquisição do “selo sustentável ecologicamente”. E

para isso existe toda uma infraestrutura disponível, tanto educacional, como institucional, científico-tecnológica e de fomento, de maneira que possa subsidiar as ações articuladas para criação de sinergias possíveis ao desenvolvimento local.

Toda essa dinâmica, só é possível acontecer graças ao capital social do arranjo, que estabelece relações e parcerias para o desenvolvimento e fortalecimento da atividade, favorecendo o alcance de objetivos. Todavia, pode-se perceber que o nível de cooperação e confiança pode ser melhorado, valorizando esses laços informais e buscando dar voz ao agente de integração. Considerando obteve-se uma riqueza de dados a serem explorados e discutidos, inclusive no sentido de fornecer subsídios para proposições e ações no contexto do APL, incentivando pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; BRITO, J. Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. **RedeSist**, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist/Glossario/Glossario%20Sebrae.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2017.

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social**: para trabajadores sociales. 7ª ed. Buenos Aires, Humanitas, 1978.

ASSUNÇÃO, A. **Visão baseada em recursos (VBR)**: comportamentos e capacidades Estratégicas do Laticínio Miraella. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração. Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho-RO, 2014, p. 107. Disponível em: [http://www.ppga.unir.br/downloads/4011_anderson_assuncao__assinada__visao_baseada_em_recursos_\(vbr\)__comportamentos_e_capacidades_estra_1.pdf](http://www.ppga.unir.br/downloads/4011_anderson_assuncao__assinada__visao_baseada_em_recursos_(vbr)__comportamentos_e_capacidades_estra_1.pdf). Acesso em: 17 out. 2017.

BORIN, E. C. P.; MATOS, M. P.; CASSIOLATO, J. E. Arranjos produtivos locais brasileiros ao longo de uma década: sua evolução e o papel das políticas públicas. **Espacios**, Caracas, v. 35, 2014, pp. 6-17. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a14v35n09/14350907.html>. Acesso em: 26 nov. 2016.

BRITTO, J. Cooperação interindustrial e redes de empresas. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia industrial**: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

CARIO, S.A.F.; NICOLAU, J.A. Estrutura e padrão de governança em arranjos produtivos locais no Brasil: Um estudo empírico. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, 2012, pp. 177-206. Disponível em: revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/2512/3075. Acesso em: 26 jun. 2017.

CARVALHO, M.C. **Metodologia científica, fundamentos e técnicas**: Construindo o Saber. 19ª ed. Campinas, Papyrus, 2008.

CASSIOLATO, J.E. e LASTRES, H.M.M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. M. M. e MACIEL, M.L. (orgs.) **Pequena Empresa – Cooperação e Desenvolvimento Local**. Ed. Relume Dumará. 2003. Pp. 56-68.

CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M.; STALLIVIERI, F. **Estratégias para o Desenvolvimento**: Um enfoque sobre arranjos produtivos locais do norte, nordeste e centro-oeste. Rio de Janeiro, E-Papers, 2008.

CAUCHICK M.P.A. **Adoção do estudo de caso na engenharia da produção**. Rio de Janeiro, Campus-Elsevier, 2010.

CHARLES, K.K.; KLINE, P. Relational costs and the production of social capital: evidence from carpooling. **The Economic Journal**, London, v. 116, n. 511, 2006, pp. 581-604. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w9041.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CRESWELL, J. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches**. 2ª ed. Thousand Oaks, Sage, 2006.

CROCCO, M.A.; GALINARI, R.; SANTOS, F.; LEMOS, M.B.; SIMÕES, R. Metodologia de identificação de arranjos produtivos locais potenciais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 16-2, 2006, pp. 211-241. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v16n2/01.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CUNHA, I. J. **Análise das formas e dos mecanismos de governança e dos tipos de confiança em aglomerados produtivos de móveis do sul do Brasil e em Portugal e na Espanha (Galícia) e a associação com a inserção internacional e com a competitividade**. Florianópolis: Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em: http://portaldeeconomiasc.fepese.org.br/arquivos/links/madeira_moveis_papel/2006%20Moveis%20SulBrasil%20Tese%20PPGEP-UFSC.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

FISCHER, T.M.D. La experiencia de desarrollo local en ciudad patrimonio: el caso de Salvador de Bahia. In: IX CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE 143 LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, **Anales del IX Congreso Internacional Del Clad Sobre 143 La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública**. Madrid/ES: 2 a 5 novembro de 2004, p. 9. Disponível em: www.clad.org. Acesso em: 27 nov. 2017.

FRANCO, A. Desenvolvimento local integrado e sustentável: dez consensos. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 78, p. 9, 1998.

GALLON, A.V.; ENSSLIN, S.R.; SILVEIRA, A. Rede de relacionamentos em pequenas empresas de base tecnológica (EBTS) incubadas: um estudo da sua importância para o desempenho organizacional na percepção dos empreendedores. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, v. 6, n. 3, 2009, pp. 551-572. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jjstm/v6n3/09.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

GIRARDET H. **Creating sustainable cities**. Dartington, Green Books, 1999.

GOULBOURNE, H.; SOLOMOS, J. Families ethnicity and social capital. **Social Policy & Society**, v. 2, n. 4, 2003, pp. 329-338. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/231890062_Families_Ethnicity_and_Social_Capital. Acesso em: 10 dez. 2017.

HATCH, M.J. **Organization theory: modern, symbolic and postmodern perspectives**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 1997.

IOSCHPE, E.B. (Org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. 3ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2015.

JARILLO, C. On strategic networks. **Strategic Management Journal**, v. 9, n. 1, p. 31- 41, jan./ feb. 1988. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/smj.4250090104>. Acesso em: 11 dez. 2018.

JUSTEN, G.S.; PAES-DE-SOUZA, M.; SOUZA FILHO, T.A.; SOUZA-PAES, D.C. estruturas de governança em arranjos e sistemas produtivos locais: o caso do Projeto Reça. **Organizações em contexto**, v. 11, n. 21, 2015, pp. 101-126. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/OC/article/view/5475>. Acesso em: 20 out. 2017.

LOVISON, A.M.; BASSO JUNIOR, E. Desenvolvimento local endógeno interrogando seus limites e possibilidades à luz da pedagogia do oprimido. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 13, n. 30, 2015, pp. 327-345. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/34941/desenvolvimento-local-endogeno>. Acesso em: 16 nov. 2017.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 6ª ed. Porto Alegre, Bookman, 2011.

MARTINS, S.R.O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, 2002, pp. 51-59. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper74.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2017.

MASKELL, P. Low-tech competitive advantages and the role of proximity: the danish wooden furniture industry. **European Urban and Regional Studies**, Copenhagen, v. 5, n. 2, p. 99-118, 1998. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/096977649800500201>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MILES, R.E.; SNOW, C.C. Causes of failure in network organizations. **California Management Review**, Berkeley, CA, v. 34, n. 4, p.53 - 71, jun./set. 1992. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2307/41166703>. Acesso em: 11 dez. 2018.

OLIVEIRA JR., A. **Instituição, espaço e desenvolvimento**: o caso do polo moveleiro de Ubá-MG. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/775967.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SACOMANO NETO, M.; PAULILLO, L.F.O. Estruturas de governança em arranjos produtivos locais: um estudo comparativo nos arranjos calçadistas e sucroalcooleiro no estado de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 4, 2012, pp. 1131-1155. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n4/a11v46n4.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SAMARTINI, A.L.S. Pesquisa mercadológica - métodos quantitativos. In: DIAS, R. (Org.). **Pesquisa de mercado**. São Paulo: Saraiva, 2012, pp. 135-186.

SANTOS, G.A.G., DINIZ, E.J., BARBOSA, E.K. aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, RJ, vol. 11, n. 22, p.151-179, dez. 2004. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/8176/2/RB%2023%20Aglomera%C3%A7%C3%B5es%20Arranjos%20Produtivos%20Locais%20e%20Vantagens%20Competitivas%20Locacionais_P_BD.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

SILVA, E.A.; MARTINS, P.C.R. A sustentabilidade de um arranjo produtivo local no polo moveleiro de Arapongas. **Gestão Organizacional**, v. 15, 2017, pp. 86-98. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/22771/24618>. Acesso em: 02 nov. 2017.

SIMA. Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas. **Programas e projetos**. Disponível em: <http://www.sima.org.br>. Acesso em: 06 nov. 2016.

SOLOMOS, J. **Race and racism in britain**. 3ª ed. London, Palgrave Macmillan, 2003.

SUZIGAN, W.; GARCIA, R.; FURTADO, J. Estrutura de governança em arranjos ou sistemas locais de produção. **Gestão e Produção**, v. 14, n. 3, p. 425-439, maio-ago, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v14n2/16.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

TUROK, I. Cities, clusters and creative industries: the case of film and television in scotland. *European planning studies*, v. 11, n. 5, 2003, pp. 549-565. Disponível em: nkn.pbworks.com/f/Cities,%20Clusters%20and%20Creative%20Industries.pdf. Acesso em: 10 dez. 2017.

VILPOUX, O.F.; OLIVEIRA, E.J. Instituições informais e governanças em arranjos produtivos locais. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 14, n. 1, 2010, pp. 85-111. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v14n1/a05v14n1>. Acesso em: 15 nov. 2017.

VITTE, C.C.S. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. **Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 8, n. 13, 2006, pp. 77-87. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a09v8n13.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2017.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism**. New York, Simon and Schuster, 1985.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5ª ed. Porto Alegre, Bookman, 2015.

ZYLBERSZTAJN, D.; FARINA, E.M.M.Q. Dynamics of network governance: a contribution to the study of complex forms. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 16, n. 1, 2010, pp. 1-19. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/1486/dynamics-of-network-governance--a-contribution---/>. Acesso em: 22 dez. 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arranjo 21, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34

C

Conhecimento 6, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60

D

Didática 36, 47

E

Ensino 25, 36, 37, 38, 39, 43, 44, 46, 49, 51, 52, 60

Estrutura 4, 7, 14, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 31, 32, 34

Estudantes 37, 38, 40, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60

F

Fayol 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

G

Governança 21, 23, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 56, 57, 59

I

Interdisciplinaridade 36, 44, 45, 46

L

Local 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34

M

Marketing 8, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 34, 37, 40, 55, 56, 59

Mercado 1, 2, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 27, 30, 31, 34, 37, 43, 46, 49, 50, 55

Metodologia 6, 10, 12, 20, 25, 26, 27, 32, 33, 36, 60

Moda 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46

Modelagem 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46

O

Organização 2, 3, 4, 7, 8, 10, 12, 21, 24, 25, 28, 29, 49, 55, 56, 59

P

Posicionamento 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19

Produtivo 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 36, 38

R

Responsabilidade Social 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60

S

Segmentação 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19

Sustentabilidade 21, 22, 34, 49

T

Teoria Clássica 1, 2, 3, 4, 6, 7, 10

 **Atena**
Editora

2 0 2 0